

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL
CONTEMPORÂNEO



5ª edição
2023

saraiva **jur**

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** JCAAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

P654m

Pinho, Humberto Dalla Bernardina de

Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo / Humberto Dalla Bernardina de Pinho.
– 5. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.

1.472 p.

ISBN: 978-65-5362-808-3 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

2022-3048

CDD 341.46
CDU 347.9

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flavio Teixeira Quarazzerin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Luciano Assis
Revisão	Carmem Becker
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Martí Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Civil	341.46
2. Direito Processual Civil	347.9

1231322

Data de fechamento da edição: 21-11-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 626046 CL 000157 CAE 010401

Sumário

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX
<i>Primeiras palavras</i>	XI
PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1
CAPÍTULO 1	
Direito processual: conceito, natureza e o acesso à Justiça	3
1.1 Considerações introdutórias	3
1.2 As formas clássicas de composição de litígios	4
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela)	4
1.2.2 Autocomposição	6
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral	6
1.2.4 jurisdição/processo estatal	7
1.3 As formas contemporâneas de resolução de conflitos	7
1.3.1 Negociação	7
1.3.2 Conciliação e mediação	10
1.3.3 Arbitragem	11
1.4 Correntes unitarista e dualista da ciência processual	12
1.5 Movimentos de acesso à Justiça	13
1.5.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito	13
1.5.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça	14
1.5.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça	16
1.5.4 O acesso à Justiça digital	20

CAPÍTULO 2

Fontes do direito processual civil brasileiro	27
---	----

CAPÍTULO 3

Evolução histórica	33
3.1 Considerações gerais	33
3.2 O Direito Processual no Brasil Colônia	33
3.3 O Processo durante o Império	35
3.4 O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939	36
3.5 O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000	37
3.6 O processo legislativo do novo Código de Processo Civil	39

CAPÍTULO 4

Princípios gerais do direito processual civil.	43
4.1 Generalidades	43
4.2 Os princípios em espécie	46
4.2.1 Devido processo legal	46
4.2.2 Isonomia ou igualdade entre as partes	47
4.2.3 Contraditório e ampla defesa	50
4.2.4 Juiz natural	55
4.2.5 Inafastabilidade do controle jurisdicional	56
4.2.6 Publicidade dos atos processuais	58
4.2.7 Motivação das decisões judiciais	58
4.2.8 Impulso oficial do processo	61
4.2.9 Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos	61
4.2.10 Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz	62
4.2.11 Economia processual	63
4.2.12 Duração razoável do processo	63
4.2.13 Cooperação	67
4.2.14 Conciliação	70
4.2.15 Duplo grau de jurisdição	71
4.2.16 Princípio da observância da ordem cronológica de conclusão	71

CAPÍTULO 5

A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço	73
5.1 Identificação da norma processual	73
5.2 Dimensão espacial e temporal da norma processual	74
5.3 Formas de interpretação da norma processual	78
5.4 Meios de integração	80
5.5 O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica	80

CAPÍTULO 6

Jurisdição: função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado	85
6.1 Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema	85
6.2 Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição	91
6.3 Elementos caracterizadores da jurisdição	98
6.4 Extensão e limites da jurisdição	101
6.5 Princípios da jurisdição	104
6.6 Classificações da jurisdição	107
6.7 A jurisdição voluntária	108
6.8 A desjudicialização	114
6.9 A jurisdição transnacional e a cooperação internacional	117
6.9.1 Noções sobre a jurisdição transnacional	117
6.9.2 A cooperação internacional e o CPC	123
6.10 A jurisdição, o pragmatismo e a análise econômica do direito	126

CAPÍTULO 7

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual	131
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário	131
7.2 Órgãos do Poder Judiciário	134
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis	140

CAPÍTULO 8

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa	147
8.1 Noção	147
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação	149
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica	149
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta)	151
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo	152
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato	152
8.2.5 Teoria Eclética	153
8.3 Características	155
8.4 Conceito	155
8.5 Condições da ação	156
8.5.1 Noção	156
8.5.2 Condições genéricas	156
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i>	156
8.5.2.2 Interesse processual em agir	161
8.5.2.3 A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação	164

8.5.3	Condições específicas	165
8.5.4	Aferição das condições da ação.....	165
8.6	Elementos da ação	166
8.6.1	Partes	167
8.6.1.1	Litisconsórcio	167
8.6.1.2	Intervenção de terceiros	168
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i>	168
8.6.3	Pedido.....	169

===== **CAPÍTULO 9**

Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência		171
9.1	Conceito e natureza jurídica	171
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro.....	172
9.3	Critérios para determinação da competência.....	174
9.3.1	Competência internacional.....	174
9.3.2	Competência interna.....	178
9.4	Concretização da jurisdição	184
9.5	Incompetência absoluta e relativa	185
9.6	Causas de modificação da competência	187
9.6.1	Conexão	187
9.6.2	Continência	189
9.6.3	Inércia.....	190
9.6.4	Vontade das partes.....	190
9.7	Conflito de competência	191
9.8	Foros especiais.....	192
9.8.1	Foro do réu incapaz.....	192
9.8.2	Foro do guardião de incapaz.....	192
9.8.3	Foro do domicílio do alimentando.....	194
9.8.4	Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito	194
9.8.5	Foro do domicílio do consumidor	194
9.8.6	Outras hipóteses	195
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis	198
9.10	Cooperação nacional	201

===== **CAPÍTULO 10**

Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros		205
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo.....	205
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo	206
10.2.1	Conceito.....	206
10.2.2	Litisconsórcio.....	208

10.2.3	Intervenção de terceiros	214
10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária	215
10.2.3.2	Denúnciação da lide	224
10.2.3.3	Chamamento ao processo	228
10.2.3.4	O incidente de descon sideração de personalidade jurídica	230
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i>	238
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda	242

===== **CAPÍTULO 11**

	O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público	247
11.1	Princípios gerais da advocacia	247
11.2	Direitos e deveres do advogado	252
11.3	Advocacia Pública	258
11.4	Defensoria Pública	259

===== **CAPÍTULO 12**

	O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura	265
12.1	Disposições constitucionais	265
12.2	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz.	268
12.3	Impedimentos e suspeições	278
12.4	Auxiliares da Justiça.	281

===== **CAPÍTULO 13**

	O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico	287
13.1	Origens e feição pré-Constituição de 1988	287
13.2	A natureza política do Ministério Público	290
13.3	O Ministério Público na Constituição de 1988	292
13.4	A participação do Ministério Público no CPC	299

===== **CAPÍTULO 14**

	Processo: conceito, natureza jurídica e espécies	311
14.1	Noção.	311
14.1.1	Processo, procedimento e autos	311
14.1.2	Funções atribuídas ao processo	312
14.2	Teorias sobre a natureza jurídica do processo.	313
14.2.1	Teorias privatistas	313
14.2.1.1	Teoria do processo como um contrato	313
14.2.1.2	Processo como um quase contrato	314
14.2.2	Teoria da relação jurídica processual	315
14.2.3	Teoria do processo como situação jurídica	319
14.2.4	Teoria do processo como instituição	319
14.2.5	Teoria do processo como procedimento em contraditório	320

14.2.6	Teoria do processo como categoria complexa	321
14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma	322
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo	322
14.4	Classificação dos processos	323
14.4.1	Processo de conhecimento	323
14.4.2	Processo de execução	323
14.5	Classificação das sentenças	324

=====**CAPÍTULO 15**

	Aspectos econômicos e éticos do processo	327
15.1	Aspectos econômicos	327
15.1.1	Noções gerais	327
15.1.2	Despesas processuais	328
15.1.3	Honorários advocatícios	329
15.1.3.1	Origem e natureza jurídica	329
15.1.3.2	Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro	333
15.1.3.3	Inovações do CPC em relação aos honorários de sucumbência	334
15.1.3.4	Regras gerais	343
15.1.3.5	Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça	346
15.2	Aspectos éticos do processo	347
15.2.1	Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual	347
15.2.2	A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo	350

=====**CAPÍTULO 16**

	Processo eletrônico	359
16.1	O processo eletrônico	360
16.2	Histórico do processo eletrônico no Brasil	360
16.3	O uso dos meios eletrônicos nas ferramentas consensuais de resolução de conflitos	364
16.4	A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006)	367
16.5	A Resolução n. 185/2013 do CNJ	373
16.6	Disposições sobre processo eletrônico no CPC	375

=====**CAPÍTULO 17**

	Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades	379
17.1	Considerações iniciais	379
17.1.1	O novo paradigma do processo civil constitucional	379
17.1.2	Visão geral dos atos processuais	380

17.2	Espécies de atos processuais	381
17.2.1	Atos processuais praticados pelas partes	381
17.2.1.1	Atos postulatórios	381
17.2.1.2	Atos instrutórios	382
17.2.1.3	Atos dispositivos	382
17.2.1.4	Atos reais ou materiais	383
17.2.2	Atos processuais praticados pelos juízes	383
17.2.2.1	Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes	383
17.2.2.2	Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo	393
17.3	Tempo	396
17.4	Lugar	397
17.5	Forma	397
17.5.1	Disposições gerais	397
17.6	Prazos	398
17.7	Princípios	403
17.7.1	Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral	403
17.7.1.1	Princípio da liberdade das formas	403
17.7.1.2	Princípio da documentação	403
17.7.1.3	Princípio da publicidade	403
17.7.1.4	Princípio da celeridade	403
17.7.1.5	Princípio da efetividade	404
17.7.2	Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais	404
17.7.2.1	Da causalidade	404
17.7.2.2	Da instrumentalidade das formas	404
17.7.2.3	Do prejuízo	404
17.7.2.4	Do legítimo interesse	405
17.7.2.5	Da economia processual	405
17.7.2.6	Da preclusão	405
17.7.2.7	Disposições suplementares	406
17.8	Defeitos	406
17.8.1	Considerações iniciais	406
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos	407
17.8.2.1	Ato inexistente	407
17.8.2.2	Ato nulo	408
17.8.2.3	Anulabilidade	410
17.8.2.4	Irregularidade	410
17.8.2.5	Ineficácia	410
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC	411

17.9	Convenções processuais	412
17.9.1	Aproximação ao tema	412
17.9.2	As convenções no CPC	417
17.10	Calendarização	425
17.11	Atos de distribuição e registro	426
17.12	Atos relativos ao valor da causa	427

=====**CAPÍTULO 18**

	Relação jurídica processual e pressupostos processuais	429
18.1	Características da relação jurídica processual	429
18.2	Objeto da relação jurídica processual	431
18.3	Pressupostos processuais	431

=====**CAPÍTULO 19**

	Objeto da cognição: questões prévias e mérito	443
19.1	Questões	443
19.1.1	Questões prévias	444
19.1.1.1	Questão prévia preliminar	444
19.1.1.2	Questão prévia prejudicial	445
19.1.2	Questão principal	447

=====**CAPÍTULO 20**

	Tutela provisória	451
20.1	Observações introdutórias	451
20.2	Regras gerais introduzidas pelo CPC	451
20.3	Modalidades	453
20.3.1	Tutela de urgência	453
20.3.1.1	Disposições gerais	455
20.3.1.2	Limitações à concessão de tutela provisória	461
20.3.1.3	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	467
20.3.1.4	Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente	470
20.3.1.5	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	480
20.3.2	Tutela da evidência	483

=====**CAPÍTULO 21**

	Formação, suspensão e extinção do processo	487
21.1	Formação do processo	487
21.1.1	Noções gerais	487
21.2	Suspensão do processo	488
21.2.1	Noções gerais	488
21.2.2	Hipóteses de suspensão	489

21.2.2.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador. . . .	489
21.2.2.2	Convenção das partes.	491
21.2.2.3	Arguição de impedimento ou de suspeição	492
21.2.2.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas . . .	492
21.2.2.5	Questão prejudicial.	492
21.2.2.6	Por motivo de força maior.	495
21.2.2.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo . . .	495
21.2.2.8	Nos demais casos que este Código regula.	496
21.2.2.9	Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016.	496
21.3	Extinção do processo	497
21.3.1	Noções gerais.	497
21.3.2	Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito	497
21.3.2.1	Indeferimento da petição inicial	498
21.3.2.2	Negligência das partes por mais de um ano	498
21.3.2.3	Omissão do autor por mais de trinta dias	499
21.3.2.4	Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo	499
21.3.2.5	Perempção, litispendência e coisa julgada.	500
21.3.2.6	Falta das condições da ação	500
21.3.2.7	Convenção arbitral.	500
21.3.2.8	Desistência da ação.	501
21.3.2.9	Intransmissibilidade da ação	501
21.3.2.10	Outros casos	501
21.3.3	Hipóteses de resolução do mérito	502
21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	502
21.3.3.2	Prescrição e decadência	502
21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	503
21.3.3.4	Transação	503
21.3.3.5	Renúncia ao direito.	503

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 505

===== SEÇÃO I – PROCESSO DE CONHECIMENTO

===== CAPÍTULO 1

Procedimentos	507
1.1 Procedimento comum e especial.	507
1.2 O procedimento sumário e a regra de transição do art. 1.046, § 1º, do CPC.	509

=====**CAPÍTULO 2**

Petição inicial	513
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia	513
2.2 Petição inicial	514
2.3 Requisitos da petição inicial	514
2.4 Emenda à inicial	521
2.5 Causa de pedir	522
2.6 Pedido	524
2.7 Indeferimento da inicial	531
2.8 Improcedência liminar do pedido	535

=====**CAPÍTULO 3**

Audiência de conciliação ou de mediação	537
3.1 Considerações gerais	537
3.2 Exame do art. 334 do CPC	542
3.3 Possibilidade de realização de audiências não presenciais	548
3.4 Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	549

=====**CAPÍTULO 4**

Respostas do réu e revelia	555
4.1 Introdução	555
4.2 Citação: Inovações introduzidas pela Lei n. 14.195 / 2021	555
4.2.1 Conceito	555
4.2.2 Litisconsórcio	560
4.2.3 Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	560
4.2.4 Destinatários	561
4.2.5 Local	562
4.2.6 Impedimentos	562
4.2.7 Tempo da citação	563
4.2.8 Efeitos da citação	563
4.2.9 Modalidades	565
4.2.10 Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu?	570
4.2.11 Sentença de mérito em processo sem a citação do réu	572
4.3 Espécies de defesa	572
4.3.1 Objeção	575
4.4 Matérias de defesa – impedimento e suspeição	575
4.5 Contestação	578
4.5.1 Requisitos e forma	578
4.5.2 Prazo	579

4.5.3	Princípio da concentração ou eventualidade	580
4.5.4	●nus da impugnação especificada	584
4.6	Reconvenção	586
4.6.1	Cabimento	589
4.6.2	Ações dúplices	590
4.6.3	Forma	590
4.6.4	Prazo	591
4.6.5	Conexão	591
4.6.6	Ampliação subjetiva da demanda	592
4.7	Revelia	592

===== **CAPÍTULO 5**

	Providências preliminares e saneamento	597
5.1	Não incidência dos efeitos da revelia	597
5.2	Fato Impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	598
5.3	Alegações do réu	599

===== **CAPÍTULO 6**

	Julgamento conforme o estado do processo	601
6.1	Extinção do processo	601
6.2	Julgamento antecipado do mérito	602
6.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	603
6.4	Saneamento e organização do processo	604

===== **CAPÍTULO 7**

	Audiência de instrução e julgamento	609
--	---	-----

===== **CAPÍTULO 8**

	Provas	613
8.1	Noções gerais	613
8.2	●bjeto e incidência	615
8.3	Natureza das normas sobre provas	616
8.4	Destinatários da prova	617
8.5	Classificação	617
8.6	Meios de prova	618
8.7	●nus da prova	619
8.8	Provas ilícitas	626
8.9	Prova emprestada	628
8.10	Prova indiciária	633
8.11	Fases do procedimento probatório	634
8.12	Poderes probatórios do juiz	635

=====**CAPÍTULO 9**

Provas em espécie	637
9.1 Produção antecipada de provas	637
9.2 Ata notarial	640
9.3 Depoimento pessoal	640
9.4 Confissão	644
9.5 Exibição de documento ou coisa	646
9.6 Prova documental	649
9.7 Documentos eletrônicos	652
9.8 Prova testemunhal	653
9.9 Prova pericial	657
9.10 Inspeção judicial	662

=====**CAPÍTULO 10**

Sentença e coisa julgada	665
10.1 Introdução	665
10.1.1 Conceito de sentença	665
10.1.2 Classificação das sentenças	667
10.2 Disposições gerais	670
10.2.1 Sentenças que não resolvem o mérito	671
10.2.2 Sentenças que resolvem o mérito	684
10.3 Elementos e efeitos da sentença	686
10.3.1 Elementos essenciais da sentença	686
10.3.2 Efeitos da sentença	690
10.3.3 Princípio da demanda e princípio da congruência	691
10.3.4 Interpretação da sentença	693
10.3.5 O art. 493 do CPC	694
10.3.6 Correção	695
10.4 Remessa necessária	696
10.5 Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	699
10.5.1 Disposições gerais	699
10.5.2 O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas	702
10.5.3 O art. 498: obrigação de entregar coisa	706
10.5.4 O art. 501: declaração de vontade	707
10.6 Coisa julgada	708
10.6.1 Coisa julgada material e formal	708
10.6.2 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	710
10.6.3 Fundamentos da coisa julgada	714
10.6.4 Preclusão	718
10.6.5 Regime especial da coisa julgada na ação civil pública	719

CAPÍTULO 11

Liquidação de sentença	725
11.1 Aspectos gerais	725
11.2 Conceito de sentença e sua liquidação	728
11.3 Legitimidade para a liquidação de sentença	730
11.4 Modalidades de liquidação de sentença	730
11.4.1 Liquidação por arbitramento	731
11.4.2 Liquidação pelo procedimento comum	731
11.5 Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo	732

CAPÍTULO 12

Cumprimento de sentença	735
12.1 Disposições gerais	735
12.2 Características	737
12.3 Princípios	738
12.4 Pressupostos	739
12.5 Atributos da obrigação a ser executada	740
12.6 Títulos executivos judiciais	741
12.6.1 Introdução e conceito dos títulos executivos	741
12.6.2 Classificação dos títulos executivos	741
12.6.3 Títulos executivos judiciais	742
12.6.4 O protesto da decisão judicial e demais disposições	746
12.7 Jurisdição e competência no cumprimento de sentença	750
12.7.1 Limites e controle da jurisdição	750
12.7.2 Competência	750
12.7.3 A competência dos tribunais nas causas de competência originária	751
12.7.4 Competência funcional	751
12.7.5 Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão interlocutória estrangeira	752
12.8 Execução provisória e definitiva	754
12.9 Das espécies de cumprimento de sentença	755
12.9.1 Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	755
12.9.2 Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	757
12.9.2.1 Penhora e avaliação	761
12.9.2.2 Impugnação ao cumprimento de sentença	763
12.9.2.3 Excesso de execução (art. 525, § 1º, V)	766

12.9.3	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	767
12.9.4	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.	771
12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	775
12.9.5.1	Meios executivos.	779
12.9.5.2	<i>Astreintes</i>	780
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	785
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública	786

SEÇÃO II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 1

	Procedimentos de jurisdição contenciosa	789
1.1	Disposições gerais	789
1.2	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária	793

CAPÍTULO 2

	Ação de consignação em pagamento	797
2.1	Noções gerais	797
2.2	Natureza do instituto da consignação	797
2.3	Natureza processual da ação de consignação	798
2.4	Prestações passíveis de consignação.	799
2.5	Cabimento da consignação.	799
2.6	Pressupostos para o pagamento em consignação	800
2.7	Liquidez da prestação devida	801
2.8	Consignação principal e incidental	802
2.9	Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme.	802
2.10	Competência	803
2.11	Legitimação <i>ad causam</i>	804
2.11.1	Legitimidade ativa	804
2.11.2	Legitimidade passiva	805
2.12	Prestações sucessivas.	805
2.13	Causa de pedir	807
2.14	Pedido	808
2.15	Efeitos da consignação	809
2.16	Procedimento da consignação em pagamento	809
2.16.1	Procedimento extrajudicial.	809
2.16.2	Procedimento judicial em caso de mora do credor.	812

2.16.2.1	Petição inicial	812
2.16.2.2	Valor da causa	813
2.16.2.3	Depósito	813
2.16.2.4	Obrigação alternativa	814
2.16.2.5	Citação	815
2.16.2.6	Resposta do demandado	815
2.16.2.7	Complementa�o do depósito	817
2.16.2.8	Sentença	819
2.16.3	Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz	819
2.17	Resgate da enfiteuse	823
2.18	Consigna�o de alugueis e acessórios na loca�o	823

CAPÍTULO 3

A�o de exigir contas	825	
3.1	No�es gerais	825
3.2	Natureza jurídica	827
3.3	Cabimento	827
3.4	Legitima�o e interesse	828
3.5	Organiza�o e prova das contas	830
3.6	A presta�o de contas ativa	830
3.6.1	Sucumbência	832

CAPÍTULO 4

A�es possessórias	833	
4.1	No�es gerais	833
4.2	Procedimento especial	834
4.3	O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial	840
4.4	A liminar e sua natureza jurídica	841
4.5	A a�o de natureza dúplice	842
4.6	Fungibilidade dos procedimentos	843
4.7	Espécies de prote�o possessória	844
4.8	A natureza das a�es possessórias: real ou pessoal?	845
4.9	Incidentes nas a�es possessórias	847
4.9.1	Embargos de terceiro	847
4.9.2	Embargos de reten�o	847
4.9.3	Nomea�o � autoria e denuncia�o da lide	848
4.10	Procedimento de manuten�o, da reintegra�o da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos	848
4.10.1	A�o de manuten�o de posse	848
4.10.2	A�o de reintegra�o de posse	850
4.10.3	Interdito proibitório	852

4.11 A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório	853
4.12 A fase de execução do julgado	854

=====**CAPÍTULO 5**

Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares.	855
5.1 Noções gerais	855
5.2 Legitimidade	856
5.3 Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória	858
5.4 Foro competente	858
5.5 Procedimento	858
5.5.1 Disposições gerais	858
5.5.2 Ação de demarcação	859
5.5.3 Ação de divisão	862

=====**CAPÍTULO 6**

Ação de dissolução parcial de sociedade.	865
6.1 Considerações	865
6.2 A dissolução das sociedades	865
6.3 Cabimento da dissolução parcial de sociedades	866
6.4 Legitimidade para agir	867
6.5 Procedimento de dissolução.	867

=====**CAPÍTULO 7**

Ação de inventário e partilha	871
7.1 Noções gerais	871
7.2 Inventário negativo	873
7.3 Competência.	874
7.4 Universalidade de foro da sucessão	874
7.5 Questões de “alta indagação”	875
7.6 Administrador provisório e inventariante	876
7.7 Legitimidade	878
7.8 Cumulação de ações no inventário	879
7.9 Procedimento do inventário.	879
7.9.1 Petição inicial.	880
7.9.2 Primeiras declarações	881
7.9.3 Citações e interveniências.	881
7.9.4 Avaliação judicial.	883
7.9.5 Últimas declarações.	883
7.9.6 Cálculo do imposto	883
7.9.7 Colações.	884

7.9.8	Sonegação	885
7.9.9	Pagamento das dívidas	885
7.10	A partilha	885
7.10.1	Conceito e espécies	885
7.10.2	Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios	886
7.10.3	Esboço e lançamento da partilha	888
7.10.4	Sentença da partilha	889
7.10.5	Pacto de não partilhar	891
7.10.6	A emenda ou retificação da partilha	891
7.10.7	A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento	892
7.10.8	Invalidação da partilha	893
7.10.9	Partilha amigável e partilha judicial	894
7.10.10	Ação rescisória de partilha	896
7.11	O arrolamento	897
7.11.1	Procedimento do arrolamento sumário	898
7.11.2	Procedimento do arrolamento comum	899
7.12	Das disposições comuns	900
7.12.1	Medidas cautelares (art. 668)	900
7.12.2	Sobrepartilha (art. 669)	901
7.12.3	Curatela especial ao herdeiro (art. 671)	901
7.12.4	Inventários acumulados (arts. 672 e 673)	902
7.12.5	Honorários de advogado	902
7.12.6	Extinção do processo por paralisação da causa	903
7.12.7	Assistência judiciária	903
7.12.8	Terceiros prejudicados (art. 674)	903

===== **CAPÍTULO 8**

Embargos de terceiro	905	
8.1	Noções gerais	905
8.2	Natureza jurídica	905
8.3	Cabimento e conteúdo	907
8.4	Legitimidade	907
8.5	Prazo	911
8.6	Competência	912
8.7	Procedimento	913

===== **CAPÍTULO 9**

Oposição	917	
9.1	Noções gerais	917
9.2	Natureza jurídica	917

9.3	Cabimento	918
9.4	Legitimidade	918
9.5	Competência	919
9.6	Procedimento	919

=====**CAPÍTULO 10**

	Habilitação	921
10.1	Noções gerais	921
10.2	Natureza jurídica	922
10.3	Cabimento	922
10.4	Legitimidade	922
10.5	Competência	923
10.6	Procedimento	923

=====**CAPÍTULO 11**

	Ações de família	925
11.1	Noções gerais	925
11.2	Cabimento e Legitimidade	926
11.3	Competência	926
11.4	Procedimento	926

=====**CAPÍTULO 12**

	Ação monitória	929
12.1	Noções gerais	929
12.2	Características	930
12.3	Natureza jurídica	930
12.4	Objeto e alcance da ação monitória	931
12.5	Requisito específico da ação monitória	932
	12.5.1 Prova escrita	932
12.6	Legitimidade para a ação monitória	934
12.7	Juízo sumário	934
12.8	Competência no processo monitório	935
12.9	Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega	936
12.10	Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia	937
12.11	Formação do título executivo	939
12.12	Ônus da prova no processo monitório	940
12.13	Procedimento	941
12.14	Embargos monitórios	943
12.15	Reconvenção	946
12.16	Assistência e litisconsórcio	946

12.17 Revelia no processo monitorio.	947
12.18 Natureza dos embargos	948
12.19 Tutela provisória	948
12.20 Cabimento de audiência de conciliação	948
12.21 Litispendência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito	949
12.22 Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção	950
12.23 Ação monitoria contra a Administração Pública	951

===== **CAPÍTULO 13**

Homologação de penhor legal	953
13.1 Conceituação de penhor.	953
13.2 Penhor legal no CPC.	953

===== **CAPÍTULO 14**

Regulação de avaria grossa	957
14.1 Noções gerais	957
14.2 Cabimento, Legitimidade e conteúdo	958
14.3 Competência.	959
14.4 Procedimento	959

===== **CAPÍTULO 15**

Restauração de autos	961
15.1 Noções gerais	961
15.2 Natureza jurídica e cabimento	961
15.3 Legitimidade	962
15.4 Competência	962
15.5 Procedimento	963
15.6 Sentença.	964
15.7 Restauração dos autos no tribunal.	964
15.8 Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	965

===== **CAPÍTULO 16**

Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária	967
16.1 Características da jurisdição voluntária.	967
16.2 Procedimento	969
16.3 A jurisdição voluntária no CPC	971

===== **CAPÍTULO 17**

Das notificações e das interpelações	973
17.1 Noções gerais	973
17.2 Procedimento	973

CAPÍTULO 18

Alienação judicial.	975
18.1 Noções gerais	975
18.2 Procedimento	976

CAPÍTULO 19

Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio	979
19.1 Noções gerais	979
19.2 Legitimidade e competência	981
19.3 Procedimento	981
19.4 Sentença.	982
19.5 Revisão e rescisão do acordo de separação	983

CAPÍTULO 20

Testamentos e codicilos	985
20.1 Noções gerais	985
20.2 Competência	986
20.3 Procedimento	986
20.4 Sentença.	987

CAPÍTULO 21

Herança jacente	989
21.1 Noções gerais	989
21.2 Competência	990
21.3 Legitimidade	990
21.4 Procedimento	990
21.5 Administração da herança	992
21.6 Declaração de vacância.	992

CAPÍTULO 22

Bens do ausente	995
22.1 Noções gerais	995
22.2 Competência	996
22.3 Procedimento	996

CAPÍTULO 23

Coisas vagas.	999
23.1 Noções gerais	999
23.2 Legitimidade e competência	1000
23.3 Procedimento	1000

CAPÍTULO 24

Interdição	1003
24.1 Noções gerais	1003
24.2 Legitimidade	1004
24.3 Competência	1004
24.4 Procedimento	1004
24.5 Sentença	1006
24.6 Levantamento da interdição	1006
24.7 O curador	1007
24.8 Disposições comuns à tutela e à curatela	1007
24.9 A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015)	1009

CAPÍTULO 25

Organização e fiscalização das fundações	1015
25.1 Noções gerais	1015
25.2 Procedimento	1015
25.3 Extinção das fundações	1016

CAPÍTULO 26

Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1017
26.1 Noções gerais	1017
26.2 Competência	1017
26.3 Legitimidade	1017
26.4 Procedimento	1017

SEÇÃO III – PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO 1

Teoria geral da execução	1019
1.1 Breve histórico do novo Processo Civil	1019
1.2 Disposições gerais	1020
1.3 Características da execução	1022
1.4 Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução	1023
1.5 Princípios da execução	1023
1.5.1 Princípio da cartularidade	1025
1.5.2 Princípio da efetividade da execução	1025
1.5.3 Princípio do menor sacrifício possível para o executado	1026
1.5.4 Princípio do contraditório	1026
1.5.5 Princípio do desfecho único	1027

1.6	Das partes no processo de execução	1027
1.6.1	Noções gerais	1027
1.6.2	Legitimação	1028
1.6.2.1	Legitimados ativos	1028
1.6.2.2	Legitimados passivos	1030
1.6.3	Incidentes	1032
1.6.4	Litisconsórcio	1033
1.6.5	Intervenção de terceiros	1034
1.6.6	Cumulação de execuções	1035
1.7	Jurisdição e competência na relação processual executiva	1036
1.7.1	Limites e controle da jurisdição no processo executivo	1037
1.7.2	Competência	1037
1.7.3	Competência na execução de título extrajudicial	1037
1.7.3.1	Foro competente para a ação do cheque	1038
1.7.3.2	Foro competente para a duplicata	1038
1.7.3.3	Foro competente para a nota promissória	1039
1.7.3.4	Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis	1039
1.7.4	Competência na execução fiscal	1039
1.7.5	Competência nos processos incidentais	1040
1.7.6	Competência na insolvência civil	1041
1.8	Requisitos da execução	1041
1.8.1	Noções gerais	1041
1.8.2	Inadimplemento do devedor	1042
1.8.2.1	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	1043
1.8.2.2	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	1043
1.8.3	Título executivo	1043
1.8.3.1	Conceito	1044
1.8.3.2	Natureza jurídica	1045
1.8.3.3	Classificação	1045
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais	1046
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	1046
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida	1046
1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	1047
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte	1047
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio	1047
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	1047

1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública	1048
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	1048
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas	1048
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais	1049
1.8.5	Da exigibilidade da obrigação	1050
1.8.5.1	Certeza	1050
1.8.5.2	Liquidez	1050
1.8.5.3	Exigibilidade	1051
1.9	Da responsabilidade patrimonial	1052
1.9.1	Noções gerais	1052
1.9.2	Bens do devedor	1053
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores	1060
1.9.4	Alienação de bem penhorado	1064
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade	1065

=====**CAPÍTULO 2**

	Das diversas espécies de execução	1067
2.1	Disposições gerais	1067
2.2	Procedimentos executivos existentes	1071
2.3	Execução provisória e definitiva	1072
2.4	Meios de execução	1073
2.4.1	Sub-rogação (execução direta)	1073
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta)	1073

=====**CAPÍTULO 3**

	Execução para a entrega de coisa	1075
3.1	Execução para entrega de coisa certa	1075
3.2	Execução para entrega de coisa incerta	1077

=====**CAPÍTULO 4**

	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	1079
4.1	Disposições comuns	1079
4.1.1	Meios executivos	1080
4.1.2	<i>Astreintes</i>	1080
4.2	Execução das obrigações de fazer	1083
4.2.1	Processo de execução	1083
4.2.2	Da conversão em perdas e danos	1085
4.2.3	Prática do fato por terceiro	1085

4.2.4	Execução da obrigação pelo credor	1086
4.2.5	Cumprimento da obrigação	1087
4.3	Execução das obrigações de não fazer	1087

=====**CAPÍTULO 5**

	Execução por quantia certa	1091
5.1	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	1091
5.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente	1094
5.2.1	Disposições gerais	1094
5.2.2	Citação do devedor e arresto	1095
5.2.3	Penhora, depósito e avaliação	1099
5.2.3.1	Objeto da penhora	1099
5.2.3.2	Documentação da penhora, seu registro e depósito	1109
5.2.3.3	Lugar da realização da penhora	1110
5.2.3.4	Modificações da penhora	1111
5.2.3.5	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1113
5.2.3.6	Penhora de créditos	1115
5.2.3.7	Penhora de quotas ou de ações de sociedades <i>personificadas</i>	1117
5.2.3.8	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de <i>semoventes</i>	1118
5.2.3.9	Penhora de percentual de faturamento da empresa	1119
5.2.3.10	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1120
5.2.3.11	Avaliação	1121
5.2.4	Expropriação de bens	1127
5.2.5	Satisfação do crédito	1139

=====**CAPÍTULO 6**

	Execução contra a Fazenda Pública	1143
--	---	------

=====**CAPÍTULO 7**

	Execução de alimentos	1149
--	---------------------------------	------

=====**CAPÍTULO 8**

	Execução fiscal	1153
8.1	Introdução	1153
8.2	Procedimento	1154

=====**CAPÍTULO 9**

	Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação autônoma	1159
9.1	Noções gerais	1159
9.2	Procedimento	1160

9.3	Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação	1164
9.4	Exceção de pré-executividade.	1165
9.4.1	Procedimento	1166

===== **CAPÍTULO 10**

	Suspensão e extinção do processo de execução	1169
10.1	Suspensão do processo de execução	1169
10.2	Extinção do processo de execução.	1171

===== **SEÇÃO IV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

===== **CAPÍTULO 1**

	Da ordem dos processos no Tribunal	1175
1.1	Noções preliminares	1175
1.1.1	A geografia da matéria no CPC	1175
1.1.2	Esforço histórico	1175
1.2	Mecanismos de uniformização.	1178
1.2.1	Precedentes	1178
1.2.2	Modulação temporal.	1187
1.3	Procedimento recursal	1192
1.4	O relator e seus poderes	1202
1.5	Correção parcial.	1205
1.6	As súmulas no direito brasileiro:	1207

===== **CAPÍTULO 2**

	Processos, incidentes e ações	1211
2.1	Noções preliminares	1211
2.2	Assunção de competência	1212
2.2.1	Procedimento	1215
2.3	Arguição de inconstitucionalidade.	1217
2.3.1	Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade.	1218
2.3.2	Órgão perante o qual se argui.	1219
2.3.3	Procedimento	1219
2.4	Conflito de competência	1222
2.5	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	1224
2.5.1	Competência para a homologação.	1225
2.5.2	Decisões sujeitas à homologação	1225
2.5.3	Decisões arbitrais.	1226
2.5.4	Requisitos.	1228
2.5.5	A homologação da decisão	1228

2.5.6	Procedimento	1230
2.5.7	Homologação de decisão e lide nacional	1233
2.5.8	Execução da sentença homologada	1234
2.6	Ação rescisória	1235
2.6.1	Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória	1237
2.6.2	Impugnação de descumprimento de súmula vinculante	1239
2.6.3	Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros	1239
2.6.4	Depósito de 5% do valor da causa	1240
2.6.5	Competência	1241
2.6.6	Prazo para propor a ação	1242
2.6.7	Pressupostos da rescisão	1244
2.6.8	Tutela provisória na ação rescisória	1251
2.6.9	Procedimento	1252
2.6.10	Execução da sentença rescindenda	1255
2.7	Ação anulatória	1256
2.8	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1259
2.8.1	Natureza do incidente	1259
2.8.2	Influência do direito estrangeiro	1259
2.8.3	Cabimento	1261
2.8.4	Regras gerais	1262
2.8.5	Procedimento	1266
2.9	Reclamação	1273
2.9.1	Procedimento	1277

=====**CAPÍTULO 3**

	Teoria geral dos recursos	1283
3.1	Noções preliminares	1283
3.2	Natureza jurídica dos recursos	1285
3.3	Duplo grau de jurisdição	1286
3.4	Atos sujeitos a recurso	1286
3.5	Prazo para interposição do recurso	1287
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1292
3.7	Princípios relativos aos recursos	1294
3.8	Classificação dos recursos	1297
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1301
3.10	Efeitos dos recursos	1306
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1309
3.12	Desistência do recurso	1311
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1312
3.14	Aquiescência	1314

===== **CAPÍTULO 4**

Recursos em espécie	1315
4.1 Apelação	1315
4.1.1 Cabimento do recurso.	1315
4.1.2 Prazo para interposição	1317
4.1.3 Efeitos da apelação	1318
4.1.4 Recebimento da apelação	1323
4.2 Agravo	1324
4.2.1 Prazo para interposição	1325
4.2.2 Efeitos do agravo	1325
4.2.3 Agravo de instrumento	1326
4.2.4 Agravo interno.	1335
4.3 Embargos de declaração.	1337
4.3.1 Prazo para interposição	1340
4.3.2 Efeitos dos embargos de declaração.	1341
4.3.3 Procedimento	1343

===== **CAPÍTULO 5**

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	1347
5.1 Recurso ordinário constitucional.	1347
5.1.1 Natureza e definição	1347
5.1.2 Competência	1348
5.1.3 Requisitos de admissibilidade e procedimento	1349
5.2 Recurso especial e recurso extraordinário.	1351
5.2.1 Histórico.	1351
5.2.2 Recurso especial.	1353
5.2.2.1 A arguição de relevância das questões de direito federal infra-constitucional	1358
5.2.3 Recurso extraordinário	1361
5.2.3.1 A repercussão geral das questões constitucionais	1369
5.2.4 Efeitos do recurso especial e extraordinário	1377
5.2.5 Interposição dos recursos especial e extraordinário	1379
5.2.6 Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário.	1380
5.3 O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos	1381
5.3.1 Visão geral do procedimento	1381
5.3.2 O papel do relator	1386
5.3.3 O art. 256 do Regimento Interno do STJ.	1391
5.3.4 A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos.	1394
5.4 Agravo em recurso especial e extraordinário	1400
5.5 Embargos de divergência	1402

SEÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**CAPÍTULO 1**

Das disposições finais e transitórias do CPC.	1407
1.1 Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC	1407
1.2 Disposições relativas a usucapião administrativa	1418
<i>Referências</i>	1425